

Sem Conflitos: Entre o sonho e o pesadelo da apartação

Jorge da Silva

Coronel da Polícia Militar e doutor em Ciências Sociais, com pós-doutorado pela Universidade de Buenos Aires. Professor adjunto da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Graduado em Direito e em Letras, com Mestrado em Ciência Política e em Língua Inglesa. Entre outras atribuições da vida pública, atuou como Subsecretário de Estado e Chefe do Estado-Maior Geral, além de ter sido Presidente do Instituto de Segurança Pública/ISP (2003)

Resumo

O artigo tem como foco a violência do Rio de Janeiro. Não a violência em si, mas os conflitos recônditos que a alimentam, como, por exemplo, o racismo, o elitismo, a intolerância. O ponto é que esses conflitos velados não costumam ser levados em conta quando da elaboração e da execução das políticas públicas. Esse fato contribui para o insucesso das mesmas, sendo a principal razão o fato de que, centradas na repressão policial – e eivadas de preconceito contra os pobres –, acabam agravando os problemas que pretendem solucionar. Mais que isso: aumentam a apartação social da Cidade.

Palavras-Chave

conflitos, violência, segurança pública, “favelas”, apartação

Sobre conflitos

Em foco, no presente artigo¹, a *violência*, tomada não como um problema em si mesmo, e sim como manifestação de *conflitos* a ela subjacentes. Motiva-me publicá-lo a *violência* do Rio de Janeiro, ou, mais precisamente, a preocupação com o conteúdo das propostas para enfrentá-la, muitas das quais, no calor das paixões, partem da premissa – absolutamente falsa – de que é possível “acabar com a violência”. No caso das drogas, “acabar com os traficantes”, via preferencial para “acabar com o tráfico”... Propostas radicais, apresentadas com a pretensão de solucionar o problema prontamente, de forma definitiva. “Soluções já”, tentadas há vinte anos, há dez, hoje, e, caso se mantenha a mesma lógica, quiçá daqui a dez ou vinte, sem que as coisas mudem. Ou mudem para pior. O problema é que não se atenta para os fatores que retroalimentam a violência da cidade. Ora, na interação social, o normal é que aflorem divergências, o que equivale a dizer que não há sociedades humanas sem *conflitos* internos, afirmação que se aplica, inclusive, a sociedades de regime totalitário. É assim porque a busca pelos bens materiais e simbólicos, e o choque de interesses, opiniões, visões de mundo e crenças conduzem a antagonismos de maior ou menor monta entre indivíduos e grupos, num gradiente que vai de pequenas divergências a grandes *conflitos*, como se explica mais adiante.

Inobstante a recorrência de atos de violência, criminais ou não, que acontecem na cidade inteira, é comum que se continue a representar o Rio de Janeiro como uma sociedade harmoniosa e pacífica. As desigualdades, jamais negadas, e os *conflitos*, raramente admitidos, seriam tidos por naturais. Afinal, alega-se, existem em qualquer parte do mundo. Entre nós, seriam mitigados pela força das “relações”, numa sociedade em que o coração (do “homem cordial” de Sérgio Buarque de Holanda) estaria no centro da convivência. Esse modo de ver as coisas corresponde ao que Roberto Kant de Lima (1994, p.100-101) chama de “arrumação da ordem”, com a noção de conflito associada à “desarrumação” de uma ordem com componentes “fixos e complementares”. Daí, não haveria conflito importante entre os interesses da mulher e os do homem, pois aquela complementaria este (e não o contrário); nem entre os da patroa e os da empregada, pois esta complementaria aquela; idem entre os interesses dos moradores do “asfalto” e os da favela. Tudo numa relação de interdependência que a todos uniria. Aliás, essa concepção sobre a natureza e a função do conflito parece ter sido a saída encontrada por Gilberto Freyre para descrever como coesa uma sociedade marcada pelo autoritarismo e a hierarquia social; sociedade que acabara de sair de um regime escravocrata de séculos. Os antagonismos, que Freyre alega serem de ordem econômica e cultural (e não racial...), em vez de sinal de fragmentação, são apresentados como evidência de uma certa “plasticidade” brasileira, capaz de manter as hierarquias em “equilíbrio”. Em suas palavras, “equilíbrio de antagonismos” (FREYRE, 1995, p.54-55). Tal se daria, subretudo, pelo efeito mágico da miscigenação.

A propósito, cumpre lembrar que, de acordo com esse entendimento, o sistema de castas da Índia estaria plenamente justificado, independentemente das razões culturais para a sua persistência. Da mesma forma que

¹ Trata-se, na verdade, do aproveitamento de tópico escrito em 2005 para a tese de doutoramento (DA SILVA, 2005), agora reestruturado, atualizado e resumido.

estaria em equilíbrio até mesmo uma sociedade de escravos e senhores, ainda quando escravos se rebelassem e matassem senhores e o sistema *não* desmoronasse de todo, como, de certa forma, aconteceu no Brasil. Logo, a racionalização do “equilíbrio de antagonismos”, além de ser contraponto do autoritarismo, da hierarquia social e da discriminação, se constitui também, antes e principalmente, na afirmação do que nega. Ora, uma coisa é explicar os *conflitos* sempre de forma negativa, em termos de determinismos estruturais inconciliáveis. Outra bem diferente é tentar situá-los, sempre e necessariamente, dentro da normalidade sustentada pelas teorias integracionistas, na linha inaugurada por Durkheim (1973) em finais do século XIX com as *Regras relativas à distinção entre o normal e o patológico*; ou, pior, negar a sua existência, como se fosse possível existir uma comunidade humana sem *conflitos*. Como já mencionado, o conflito é fruto da interação, estando destinado também, como ensina Simmel (1983, p. 122), “a resolver dualismos divergentes; é um modo de conseguir algum tipo de unidade, ainda que através da aniquilação de uma das partes conflitantes”.

Para os integracionistas, a estabilidade social seria fruto, como disse, da força das “relações”, e seria facilitada pela indistinção entre as clivagens sociais perseguida pela pedagogia do consenso. Restaria apenas saber que meios empregar para evitar a desintegração social em face de configurações conflitivas eventualmente disfuncionais. Então, não será despropositado admitir que, com isso, abre-se caminho para a intolerância e o uso imoderado da força a fim de “manter a ordem”. Essa tem sido, historicamente, a fórmula por excelência de se manter a ordem no Brasil e, em particular, no Rio de Janeiro, com as conhecidas consequências.

Não é o caso, portanto, de questionar a validade destas ou daquelas teorias do conflito, nem das que o minimizam, vendo-o sempre de forma positiva e naturalizando-o além da conta, nem das que o tomam como puramente negativo. Negativo é fingir que o conflito não existe, o que contribui para o seu agravamento. Pior, reconhecer a sua existência, mas descartando os componentes incômodos claramente associados a ele, como, no nosso caso, o elitismo e a discriminação social.

Sobre *conflitos*, ademais das afirmações de Simmel, poderão ser-nos úteis as observações de Pierre Birnbaum (1995, p. 271-276), o qual, ao discorrer sobre “*conflitos sociais, mobilizações, revoluções*”, faz distinção entre as teorias que falam em “*conflitos portadores de transformação social*” e aquelas que explicam as transformações como um fenômeno meramente político, pouco ou nada tendo a ver com a não-satisfação de expectativas “*insuportáveis*” do grupo social em consideração. Para exemplificar esse aspecto subjetivo, Birnbaum apoia-se em Ted Gurr, o qual, segundo ele, sustenta que seria condição necessária para a eclosão de um “*conflito civil violento*” a frustração ante expectativas crescentes e não atendidas, definindo essa condição como “a percepção pelos atores de um desvio entre as expectativas que têm face a determinados valores e as capacidades aparentes de seu ambiente para produzirem esses valores”.

Há que perguntar se, em alguma medida, não é o caso do Rio de Janeiro, pois, independentemente dos atos violentos protagonizadas por bandidos e facções criminosas, eclodem, a todo instante, manifestações

violentas de diferente natureza (tumultos e incêndios de trens e ônibus, fechamento de vias e túneis, quebra-quebras etc.), às vezes envolvendo “comunidades” inteiras, com a marca da revolta. É preciso admitir que é rematado simplismo debitar tudo na conta dos traficantes, pois, inegavelmente, temos aí também a configuração do quadro de “*frustração ante expectativas crescentes*” da explicação de Birnbaum. O aumento da tensão e do medo evidencia igualmente que as tradicionais mediações entre as camadas médias e altas do “asfalto”, de um lado, e as camadas populares das “favelas” e periferia, de outro, têm perdido a força integradora de outrora, sendo certo que uma das razões é a crescente demanda por cidadania e respeito que parte destes últimos.

Apesar de todas essas evidências, há os que continuam a descrever o Rio de Janeiro como uma cidade cordial, o que possivelmente se deve ao ufanismo dos cidadãos ante a positividade propiciada pela exuberante beleza da cidade e pela generosidade da maioria do povo. Atitude otimista, mas de um otimismo míope, em que o ideal e o sonho parecem obscurecer-lhes a visão. Há mesmo os que pensam assim em meio ao tiroteio.

Uma outra visão

Há, no entanto, os que não veem as coisas dessa forma. Para estes, as relações sociais da cidade exibiriam forte grau de precariedade. No fundo, a crescente busca por igualdade de direitos por parte de contingentes cada vez maiores tem tido o efeito de desequilibrar relações sociais um dia baseadas na hierarquia, na desigualdade e no conformismo. Na visão dos que enxergam os fatos de um outro ângulo, acordados, estaríamos diante de uma espécie de apartheid informal, cada vez mais nítido. Uma hipótese que não deve ser descartada é a de que boa parte da violência que nos atormenta corresponderia à reverberação desse fato.

Ninguém menos que Chico Buarque de Holanda, com a sensibilidade apurada dos poetas, chama a atenção para o que qualifica de “*quadro assustador*”. Em longa entrevista concedida ao jornal *Folha de São Paulo* (26 dez 04), na qual é instado a se manifestar sobre a realidade nacional, Chico fala em tom pessimista de suas perplexidades e receios. Crítica duramente a “*alta classe média*”, cujo pensamento, a seu juízo, é cada vez mais reacionário, “*com tintas de racismo e de intolerância*”. Para ele, o medo da violência vem transformando-se em “*repúdio não só ao chamado marginal, mas aos pobres em geral*”. Afirmou com todas as letras: “*Eles querem exterminar os pobres do Rio*”; e também: “*Constato um sentimento difuso quase a favor do apartheid social*”. Mas alerta-nos para as manifestações do “*pessoal da periferia*”, particularmente para o *rap* e suas letras explosivas.

O depoimento de Chico Buarque é importante por dois motivos principais: primeiro, porque fala de dentro, pertencente que é à “alta classe média” e a uma família tradicional da elite intelectual do país; e segundo, porque, antes de ser uma personalidade, é pessoa reconhecidamente sensata. Com relação ao fato de o *rap* atrair multidões, exclama: “*Tem algo aí!*”. Sem maiores comentários, destaco algumas de suas afirmações:

As moças bonitas do meu tempo eram de esquerda. Hoje são todas de direita. [...] O Lula sabe o que o cara do rap está cantando. Ele conhece aquela voz. Outros podiam não conhecer [...]. É por isso que tendo a reagir às críticas que são feitas exageradamente ao Lula. [...] Vem a polícia e enfia os meninos no camburão, quando não faz coisa pior. Eles querem tirar da praia, sumir com eles dali. [...] As coisas que eu leio nas cartas dos leitores dos jornais, em geral são fascistas. Virou moda responder a quem defende os direitos humanos com o trocadilho infame dos humanos direitos [...] Os meninos são os inimigos, são os nossos árabes, são os nossos muçulmanos.

Uma frase de Chico Buarque em particular, “*eles querem exterminar os pobres do Rio*”, soa como uma denúncia, e ajuda a compreender a natureza das matanças que se verificam na periferia das grandes metrópoles brasileiras, as quais, diárias e múltiplas, só causam comoção geral quando os exterminadores erram na dose e matam no atacado, como aconteceu em 1993, na chacina de 21 moradores da favela de Vigário Geral, ou em abril de 2005, na chacina de Queimados e Nova Iguaçu, na Baixada Fluminense, quando foram mortas 29 pessoas indefesas de uma só tacada. E em muitos outros casos. Uma frase parecida com a de Chico Buarque pode não ser mera coincidência. Falando da relação favela / cidade, uma moradora do Morro do Cantagalo, Rita de Cássia, negra, funcionária da rádio comunitária local e autora de artigos interessantes publicados no site Viva Favela e em Comunicações do ISER², expressa opinião parecida com a do compositor e escritor, mais ou menos com as mesmas palavras: “*Estão querendo exterminar os pobres, enquanto são eles que fazem todo o serviço pesado das suas casas.*”

Na verdade, o que faz a discussão adquirir esses tons sombrios é o crescente aumento do medo da violência, ou seja, a crescente tensão ante perigos reais ou imaginários. Sustento que, não fosse a *violência* do crime ter rompido os diques em que vinha de certa forma contida e ter-se, digamos, “socializado”, com certeza seriam outras as preocupações dos setores criticados por Chico Buarque de Holanda e Rita de Cássia.

A esta altura, cumpre aludir a uma diferença importante entre as abordagens de autores que falam de apartação na sociedade brasileira e, em particular, no Rio de Janeiro, como, de um lado, Luiz Mir (2004) e Vera Malaguti Batista (2003), e, de outro, Chico Buarque de Holanda. Este fala de uma suposta mudança de atitude das camadas mais altas, as quais só agora, acuadas pelo medo, estariam manifestando espírito reacionário, “*com tintas de racismo*”, e legitimando a violência estatal contra os pobres. Já Mir e Batista falam de um padrão histórico de segregação e violência étnica. Quando Chico alude às moças bonitas do seu tempo, que seriam de esquerda e agora de direita, talvez não esteja se dando conta de que elas, no fundo, não mudaram (ou, quem sabe, esteja sendo irônico, mostrando que elas praticavam, como diz, um “esquerdismo de salão”). Naquele tempo, era de bom-tom ser contra o regime militar, cuja repressão direcionava-se preferencialmente aos seus contestadores das camadas médias e altas. O esquerdismo daquelas moças, portanto, não era movido pela indignação com a gritante desigualdade social da cidade em que viviam, nem com

2

Cf. Artigos de Rita de Cássia no site Viva Favela: “*Cantagalo do século 21*”, “*Afê bate à porta*” e “*Culto oculto*”. Disponível em: <[www.http://www.vivafavela.com.br](http://www.vivafavela.com.br)>.

o confinamento de grandes massas de negros, migrantes nordestinos e outros marginalizados sociais em espaços também marginais. Na certa, elas eram levadas por aquele tipo de alienação de que fala Joel Rufino dos Santos (2004, p.18), caracterizada pela mera “pena de pobre” (e não pelo trabalho dos intelectuais “para os pobres”). Alguém já qualificou esse tipo de posicionamento intelectual e político de “esquerda festiva”. Joel Rufino é mais direto:

Alienação como o ipanemismo, em moda nos anos 70, exaltação do humor de Ipanema, do espírito democrático de Ipanema, da harmonia racial de Ipanema, atozes ironias, pois o que caracteriza Ipanema é justo o contrário: o apartheid social e racial. (SANTOS, 2004, p.18)

Doce sonho o de Joel Rufino, o de ver os intelectuais “dos pobres” transformados em intelectuais que trabalham “para os pobres” (e não com a pretensão de ocupar o seu lugar, como se estes fossem mudos ou incapazes de pensar). Lamentavelmente, o que se tem observado no Rio de Janeiro é o que se poderia chamar de “ipanemismo raivoso ampliado”. A “pena de pobre” virou “raiva de pobre”.

Em suma: as moças do tempo de Chico Buarque, se não eram a favor, não eram contra a então “natural” e “tranquila” apartação do Rio de Janeiro, apartação esta que as situava “do lado de cá”, e não “do lado de lá...” Nesse sentido, pode-se dizer que eram e continuam a ser “de direita” (ou melhor, “de cima”, pois no Brasil, quando se trata de certas questões, direita e esquerda são duas faces da mesma moeda; uma mera questão de “circulação das elites”, como diriam dois pensadores orgânicos das mesmas, Gaetano Mosca (1939) e Vilfredo Pareto (1909), comentados adiante). A diferença é que, antes, os “de baixo” não incomodavam tanto aquelas moças como, parece, incomodam hoje. Se Chico Buarque e Joel Rufino estiverem com a razão, podemos dizer com certeza que, realmente, a pena virou raiva.

Cumprido observar que as mazelas apontadas por Luís Mir, Malaguti Batista, Chico Buarque e Joel Rufino não são novidade para os que estão “do lado de lá” da apartação, como vem mostrando o movimento *hip hop*, e o que, em pesquisa para trabalho anterior (DA SILVA, 1998), ficara bem claro. Naquela pesquisa surgiram alguns dados curiosos. Um deles foi o antagonismo subjacente aos discursos dos entrevistados, em particular de pessoas oriundas de “favelas” e periferia. Um outro referia-se à avaliação da atitude diferenciada dos policiais. Na percepção dos moradores das “favelas”, quando se trata dos pobres, os policiais costumam agir com desmedida violência, sobretudo quando os signos da pobreza lhes pareçam evidentes (local de moradia, cor da pele, trajés, “aparência”). Em geral, as pessoas das “comunidades” nutrem pelos policiais – vistos como estando a serviço dos “de cima” – um misto de desprezo, ódio e medo. São considerados inimigos, como num *rap* de MV Bill: “*Pra ser inimigo, basta ser PM*”. Em grande parte das “favelas”, os policiais são chamados de “vermes”. Um outro dado intrigante: numa situação concreta, se o “suspeito” é negro e o policial também, o

medo transforma-se em pavor, o que não significa dizer que o policial branco também não meta medo. Nas entrevistas, jovens negros dessas “comunidades” relataram que sentem calafrios quando percebem que vão ser abordados, mais ainda quando a abordagem é feita por um policial negro. Resta-nos saber se, no eixo informal que orienta as práticas sociais no Rio de Janeiro, a forma diferenciada de atuar da polícia não reflete a concepção recôndita do papel a ela atribuído pelo “poder”.

Hoje, como há vinte e tantos anos, os cidadãos que se consideram “do bem” clamam por uma solução rápida, “aqui e agora”, nos seus termos, não se sabendo ao certo o que realmente querem: se uma solução para toda a coletividade; se para o “seu” bairro, a “sua” praia. É incompreensível que setores das camadas altas imaginem ser possível resolver o problema da violência (criminal e civil) empurrando-a para a periferia, onde ela sempre foi admitida. Para os que assim pensam, a tarefa é fácil: basta ser mais eficiente no combate aos bandidos, em especial aos traficantes da ponta, e montar um grande cinturão policial em torno dos bairros considerados nobres, como se estes fossem grandes condomínios privados, onde, depois de uma boa “limpeza”, se proibiria a entrada dos indesejáveis de sempre. Simples.

O sonho

PAZ. No sonho, a notícia pela TV: *“Atenção, atenção! Edição extraordinária! As favelas sumiram. Esta madrugada, em uma megaoperação conjunta dos governos federal, estadual e municipal, os traficantes foram derrotados. Depuseram as armas e se entregaram às forças de segurança. Mais de 3 mil. Estão sendo conduzidos neste momento para uma ilha-presídio longínqua em alto mar, cercada de tubarões.* [No vídeo, os navios que os conduzem ao isolamento]. *Os moradores foram removidos para o interior do estado, e grande parte dos barracos já foi demolida. O problema são as construções em alvenaria, mas a prefeitura garante que tudo estará limpo em três semanas. A PM ocupou o entorno das antigas favelas para impedir o retorno dos recalcitrantes. Já se vê o verde das encostas.*

Alguém poderá achar que as considerações acima são despropositadas; um exagero; que falar de espírito segregacionista na sociedade carioca equivale a uma heresia. Pode ser, mas o que dizer das constantes propostas com esse cunho, apresentadas abertamente, sem qualquer cerimônia, não bastasse a apartação tácita, informal. Cito algumas delas.

Há pouco mais de dez anos, a Associação de Moradores da Barra da Tijuca, em movimento liderado pelo seu então presidente, senador Ney Suassuna (aliás, morador do Rio, mas senador pela Paraíba, com quem tive a oportunidade de debater esse tema num programa de TV), lutou para implantar o projeto Portais da Barra, que monitoraria quem entrasse e saísse do bairro. Era, no fundo, a manifestação da recidiva separatista do senador, um dos principais entusiastas do movimento que, em 1988, lutou pelo “sim” no plebiscito para separar a Barra da Tijuca do Município do Rio de Janeiro, criando um município *à parte*. A emancipação, nas palavras do líder dos separatistas, empresário Roberto Medina, seria *“a única maneira de estancar o processo de favelização da Barra”*. Coincidentemente, no

traçado do novo município, a Cidade de Deus e as favelas do Anil e do Rio das Pedras, ali perto, dele não fariam parte³.

Outro exemplo: quando da divulgação, em 1994, das primeiras imagens do que passaram a chamar de “arrastões”, moradores da Zona Sul queriam que os ônibus procedentes dos subúrbios fossem proibidos de ir até lá nos fins de semana, e que a polícia fizesse um “contra-arrastão” nas praias para delas retirar os “suspeitos”.

Outro: quando da inauguração da Linha Amarela, em 1997, houve um forte movimento de moradores da Barra da Tijuca para que nela não fosse autorizada a circulação de coletivos nos finais de semana, sobretudo os procedentes da Zona Norte e da Baixada Fluminense. Meses antes da inauguração, o presidente da Câmara Comunitária da Barra, associação representativa de vários condomínios, defendia a criação de barreiras nas saídas da Linha Amarela para dificultar a entrada no bairro de coletivos “piratas”. Uma moradora do condomínio Barramares, jovem estudante de 18 anos, foi taxativa: *A paraibada vai vir toda para cá!*”

Outro: há uns cinco anos, no bojo das discussões sobre a violência da cidade (como sempre...), um grupo da elite carioca (sic) lançou um movimento para separar o município do Rio do restante do estado, ou seja, a desfusão. Um estado *à parte*, com a mal disfarçada intenção de se livrar dos pobres da Baixada, o que se pode conferir no *site* do movimento (www.autonomiacarioca.com.br). Independentemente do eventual mérito da proposta, são às vezes risíveis os contorcionismos discursivos de seus adeptos (quase todos da elite econômica, intelectual e política da cidade) ante a contradição de pretenderem se livrar dos pobres da Baixada, mas ficar com o que nela consideram bom. Até mesmo o lúcido e normalmente ponderado comentarista Merval Pereira, dos mais influentes colunistas do jornal *O Globo* (possui uma coluna diária), sugere⁵:

Faz a desfusão, mas *permanecem* no Estado da Guanabara II os municípios-dormitórios que o cercam, na Baixada Fluminense e arredores. Seriam cariocas aqueles que trabalham aqui, que procuram os hospitais públicos cariocas e cujos impostos ajudariam a melhorar o atendimento hoje agonizante principalmente pelo excesso de pacientes. [Grifo meu]

Grifei o “permanecem” porque os municípios da Baixada sempre pertenceram ao antigo estado do Rio de Janeiro. Era assim antes da fusão dos dois estados em 1975, e assim era antes de o antigo Distrito Federal virar Estado da Guanabara, em 1961. Sempre com as mesmas dimensões. Logo, o verbo é inadequado. Mais coerente, portanto, seria que Merval empregasse verbos como “incorporar”, “anexar”, “expandir” (de repente, a frase “*seriam cariocas aqueles que trabalham aqui*” me traz à mente os antigos bantustões e “locações” da África do Sul, cujos moradores só podiam circular em Johannesburgo e Cidade do Cabo portando passes, com a indicação do que iriam fazer e os horários de permanência...).

Apesar de canhestra, no entanto, a proposta de desfusão sem que se abra mão do que há de bom na Baixada faz sentido. Afinal de contas, há ali coisas nada desprezíveis, como a Refinaria de Duque de Caxias e o

3

Cf. revista *Veja*, 29 jun 88, e *Jornal do Brasil*, 15 jun 88.

4

Cf. jornal *O Globo*, 29 nov e 08 dez 96. O referido presidente é reportado como tendo declarado: “O bom é cortar o mal pela raiz, ou seja, combater o transporte irregular. Mas na praia quero policiamento ostensivo, realmente inibidor.”

5

Cf. artigo “Fusão, desfusão e confusão”, publicado no jornal *O Globo* em 11 jun 04, então republicado no *site* www.autonomiacarioca.com.br.

Polo Gás-Químico, com a utilização do gás natural como insumo para a indústria plástica etc. Será que, com a frase “Baixada Fluminense e arredores”, Merval não estaria pensando no Porto de Sepetiba? Bem que o ICMS da região e os *royalties* do petróleo contribuiriam bastante para sustentar a nova cidade-estado, não sendo problema se isso prejudicasse os moradores dos antigos municípios (incorporados como meros bairros periféricos). Com certeza, na proposta, o vazadouro de Gramacho, em Duque de Caxias, continuaria a receber lixo carioca. Tudo sem falar nas constantes propostas de colocar cercas e muros nas “favelas”; de murar a Linha Vermelha e a Linha Amarela para isolá-las das inúmeras “comunidades” que as margeiam.

Pergunto: os exemplos acima são ou não reflexo do espírito segregacionista de setores conservadores intelectualizados da cidade do Rio de Janeiro? Pode ser que não. Pode ser que sim; mais para sim...

Os que pensam dessa forma parecem desconsiderar as múltiplas variáveis envolvidas, simplificando a questão a ponto de imaginar “soluções” tão heterodoxas para a violência da cidade. Enquanto esperam que se formem suas sonhadas “ilhas” de tranquilidade, procuram culpados, partindo do princípio de que, se a violência campeia, a “culpa” é “das autoridades”. E então nota-se um deslocamento da questão. Não se tratará mais de identificar, por um lado, os fatores (incluídos os *conflitos* materiais internos) que alimentam a violência criminal, nem, por outro, os que explicam as manifestações violentas protagonizados pelas “comunidades”, na forma referida acima. A violência da cidade seria mera consequência da suposta inação, incompetência ou despreparo da polícia e do governo da vez. Bastaria, então, contar com uma boa polícia, numerosa, e com policiais bem preparados e íntegros, para que a paz voltasse a reinar na cidade, ou pelo menos em algumas de suas áreas escolhidas. Ninguém o diz claramente, mas nas entrelinhas do discurso dos grupos hegemônicos lê-se que, para ser eficiente e eficaz, a polícia teria que se alinhar mais e mais à ideologia e aos interesses desses grupos.

Não estamos, portanto, diante de um problema pequeno, que possa ser resolvido do dia para a noite com o uso da força ou com um plano mirabolante sacado da manga, no que muitos acreditam. Para além da complexidade da violência criminal propriamente dita e da desenvoltura dos traficantes de drogas, o que já é um problema e tanto, impõe-se reconhecer que a tensão social e o medo da violência presentes no Rio de Janeiro não são, repita-se, um problema em si mesmo. No fundo, é o medo dos “diferentes”, que são a maioria. Estes assustam pelo seu número e pela forma destemida, agressiva e, não raro, raivosa com que passaram a exigir o reconhecimento da sua cidadania. Do ponto de vista das camadas médias e altas, assusta a “ousadia” com que insistem em ocupar espaços a eles interditados pela tradição, como as elegantes praias da Zona Sul, o que fazem, para piorar, em grupos, incomodando ainda mais. Diluídos, até que não incomodam tanto, mas em grupos atemorizam, pois não há como ignorar a diferença que ostentam no fenótipo. Imagina-se sempre que vão fazer um “arrastão”. E eles sabem disso, e disso procuram tirar proveito. Veem as pessoas assustadas e se divertem, correndo de forma errática para lá e para cá, só para verem a sua (delas) reação.

Se há consenso quanto à necessidade de reverter o quadro negativo em que nos encontramos, é incompreensível que se insista numa racionalidade entre meios e fins que não se cumpre ou, pior, que tem o efeito de agravá-lo. Em realidade, o que tem acontecido no Rio de Janeiro evidencia que ainda não se buscou resposta para uma simples pergunta: os meios que têm sido utilizados na luta contra a violência ao longo das últimas três décadas são capazes de atingir os fins almejados?

Como se trata de uma questão de racionalidade, recorro a Maquiavel. Como se sabe, atribui-se a ele o alinhamento a uma racionalidade indiferente a considerações ético-morais. Na verdade, o que esse pensador parecia querer mostrar aos “príncipes” é que os fins são mais importantes do que os meios na orientação do processo de tomada de decisões. Há meios potencialmente capazes de atingir os fins – meios ético-morais ou não – e meios incapazes de atingi-los, ainda que imorais e aéticos. Ora, se mesmo adotando meios imorais e aéticos sabe-se de antemão que os fins não serão atingidos, para que empregá-los?

Impõe-se, por conseguinte, a necessidade de enxergar *conflitos* subjacentes à violência da cidade, aqueles que têm a ver com o seu conteúdo material (interesses, impulsos, discriminação, fome, religião etc.), segundo Simmel (Op. cit., p.166), *conflitos* esses, ou mais precisamente, conteúdos esses que, por alguma razão, têm sido abafados ou minimizados ao longo do tempo, como, no caso do Rio de Janeiro, os decorrentes do racismo, do elitismo e de outras formas de intolerância. Como se sabe, a preliminar para que os *conflitos*, os aparentes e os ocultos, possam ser enfrentados de forma minimamente consequente é que eles sejam admitidos e explicitados, por mais incômodos que sejam.

O pesadelo

GUERRA. No pesadelo, a abertura do noticiário da TV. *Tiroteio e bala perdida em Copacabana. Idosa é atingida por tiro de fuzil e chega morta ao hospital. Médico sai para comprar pão e morre em assalto. Invasão do Morro dos Macacos, em Vila Isabel, pela facção adversária. Lutam pelo controle dos pontos de venda de drogas. Saldo: helicóptero da polícia derrubado, 12 mortos, entre eles três PMs, e 45 feridos. Esta madrugada, oito assaltos e três latrocínios. Tumultos, quebra-quebra e incêndio de vagões de trens da SuperVia na Estação de Nilópolis. Tiroteio na Linha Vermelha. Tiro de fuzil mata mãe e fere a criança que estava no seu colo. As autoridades afirmam que o policiamento será reforçado.*

De novo, as mesmas “soluções”: “Tem que ocupar as favelas!”, “É preciso construir muros”, “Prisão perpétua”, “Pena de morte aos traficantes”, “Mais polícia e prisão”; “Forças Armadas na rua”, e por aí afora. Esse modo de ver as coisas traz consigo ingredientes que servem mais para piorar o quadro do que para melhorá-lo. Mais para dividir a sociedade do que para unila, o que vai ensejar o fortalecimento das formações que disputam o poder local às margens e nos interstícios da sociedade mais ampla. Sem rodeios: ingredientes para a legitimação do poder de traficantes e milicianos, do que é exemplo o número crescente de pessoas que, ligadas a essas formações, são eleitas para importantes cargos. Trago, a propósito da imprevidência das eli-

tes cariocas, o que, a respeito do tema, sustentam os dois importantes autores citados anteriormente, Mosca (Op. cit.), e Pareto (Op. cit.), considerados teóricos das elites por suas concepções antidemocráticas.

No final do século XIX e início do século XX, questionando ideias canônicas à época, os dois preocupavam-se com os desacertos das “elites” ao tentar justificar o seu poder com base na crença de que os povos do Norte (brancos) seriam superiores aos demais por imposição da natureza: da raça, do clima, da evolução. Cabe a referência porque, com mais de um século de diferença, ainda se observam racionalizações semelhantes por toda parte, embora nem sempre explicitadas em público. Esses autores empenharam-se em advertir as elites do seu tempo para a necessidade de evitar a sua desintegração por não entenderem que o poder se sustenta em outras bases, e não propriamente na natureza. Para eles, a teoria democrática, do governo da maioria, era uma ilusão. Sustentaram, com base na História, que o poder está sempre nas mãos de uma minoria organizada (a “classe política”, no dizer de Mosca), cuja estabilidade dependeria de como se aplicasse o que este chamou de “fórmula política”: a maneira pela qual essa “classe” procura legitimar o seu poder e a maioria é levada a aceitar a dominação.

Para Mosca (Op. cit., p. 53), a alternância no poder não significa mudança da “classe política”, pois, em princípio, a alternância se dá sempre dentro da mesma classe, a qual, para esse efeito, constitui um grupo homogêneo e solidário contra a maioria normalmente desorganizada e dividida. A chave para a sua estabilidade, portanto, estaria na capacidade de organização. Na mesma linha teorizava Pareto, para quem a estabilidade no poder depende igualmente de que as “elites dirigentes” se apliquem em ser intelectual, física e moralmente superiores às camadas populares, o que, da mesma forma, não é um dado da natureza. A definição de elite que apresenta é uma crítica contundente aos seus desvios ético-morais e à busca egoísta da satisfação de seus interesses:

A ideia que se faz de uma elite é presidida pelas qualidades nela procuradas. Pode haver uma aristocracia de santos ou uma aristocracia de bandidos, uma aristocracia dos instruídos, uma aristocracia dos criminosos e assim por diante. O conjunto das qualidades que promovem o bem-estar e a dominação de uma classe numa sociedade constitui algo que chamaremos simplesmente de elite. (PARETO, 1909, p. 155)

Portanto, temos aí que, mesmo num modelo autoritário como o vislumbrado por esses autores, não bastam os ditames da natureza e a capacidade de organização. É preciso retidão ética e compromisso com a maioria, para que esta seja levada a aceitar o arranjo da “fórmula política” adotada. No Brasil, consideradas as práticas das elites políticas, é, no momento, uma impossibilidade. Mesmo para esses autores, o uso da força e a repressão pura e simples são instrumentos débeis para a manutenção do *status quo*. No caso brasileiro, portanto, não se trata mais da tranquila “circulação das elites”, como diria Pareto, com “esquerda” e “direita” saindo do mesmo estrato social. Daí, ao insistir na adoção de métodos de justificação do poder caducos, como os baseados na presunção de sua superioridade

“natural”, na força do dinheiro e do aparato repressivo, a elite brasileira irritaria tremendamente esses seus defensores. Pior, deixá-los-ia desolados ante a impossibilidade de desviá-la do abismo, valendo o raciocínio para a elite carioca.

Isto posto, não será descabido admitir a hipótese de que o quadro desolador observado no Rio reflete centralmente o choque da ordem tradicional, sintetizada na fórmula elitista “cada macaco no seu galho”, com uma ordem “marginal” que a desafia, não raro, com a aplicação da pedagogia que lhe foi ensinada ao longo do tempo, a da violência. Sob a antiga fórmula, o que se tinha por integração era na verdade uma acomodação, em que cabia aos deserdados da Nação conformarem-se, alegres, com o que lhes sobrava do arranjo. Uma acomodação tida por “natural” pelos seus beneficiários, situados nos galhos mais altos e frondosos, mas vivida com ressentimentos dissimulados pelos tradicionais prejudicados por ela, situados nos galhos secos rentes ao chão, situação que vai se alterando à medida que as carências aumentam e os despossuídos vão adquirindo consciência dos seus direitos. As demandas cidadãs se avolumam sem terem maior ressonância. A competição pelos bens materiais e simbólicos se acirra, sem que as regras tradicionais, que beneficiam desproporcionalmente as camadas dominantes, se alterem. As tensões aumentam, e agora, de uma integração precária, parece estar-se passando para uma real desintegração, fazendo-nos pensar que o *conflito social* representado por esses fatos esteja evoluindo, não para uma “rearrumação”, mas para a ruptura. Tal corresponderia ao que Angelina Peralva (2000) entende ser um processo de “dessegregação”, processo este acentuado pela abertura democrática após o regime militar, a despeito da qual se observaria uma “continuidade autoritária”, com a formação de uma contracultura marcada pela revolta⁶. Sem rodeios: descambando para um *conflito civil*, entre, de um lado, o Estado e os grupos hegemônicos, e, de outro, a maioria discriminada. Na cidade do Rio de Janeiro, tal conflito se prenuncia, como vimos, nas manifestações violentas de revolta de moradores de “comunidades” com as suas condições de vida e com a forma como, a seu ver, são tratados pelo Estado, sobretudo pelo sistema policial-penal; e se depreende também da ação cada vez mais audaciosa dos bandos criminosos, os quais têm demonstrado não temerem nem a polícia nem as Forças Armadas; e se depreende igualmente da forma como a “alta classe média” reage, imaginando ser possível transformar bairros considerados nobres em ilhas de tranquilidade, *à parte...*

Como vimos, a hegemonia das “elites dirigentes” não pode girar apenas em torno dos três marcos apontados por Mosca e Pareto (a afirmação da sua superioridade *etnorracial*; o acúmulo de patrimônio; e a superioridade bélica dos que estariam a seu serviço). Daí, não há por que estranhar que os grupos que se consideram discriminados, os “outros” de cidades como Rio de Janeiro ou São Paulo, por exemplo (favelados, negros, migrantes nordestinos, “marginais” etc.), lutem para afirmar-se socialmente nos mesmos marcos. Os jovens das camadas populares desconfiam que valores e crenças que tentam inculcar-lhes, como a ética do trabalho, o amor à Pátria, o temor a Deus, o primado do direito, fazem parte muito mais da uma estratégia de dominação, correspondendo não à prática das

6

Segundo Peralva, a afirmação da identidade dos jovens favelados de hoje passa pela reivindicação de que sejam respeitados, ainda que aderindo ao crime. O que ela chama de “dessegregação”, no entanto, pode ser entendido como um processo de retirada do véu da segregação, em que esta começa a aparecer de corpo inteiro.

elites, mas à sua retórica. “Faça o que eu digo, não faça o que eu faço!” . Não pode dar certo.

Uma palavra sobre os três marcos acima mencionados. Primeiro, o referente à afirmação da hegemonia na suposição da superioridade *etnorracional*. O que dizer da crescente mobilização de setores negros para fugir ao figurino, ou seja, para afirmar a sua identidade em torno do que se passou a chamar de “consciência negra” (cabelos em tranças e em cachos, exibidos por negras e negros; comemorações ruidosas no Dia Nacional da Consciência Negra, 20 de novembro, em homenagem a Zumbi dos Palmares etc.)? Por outro lado, será que a rede de solidariedade que se vem formando entre “comunidades” tão distantes entre si como o Morro do Alemão e o do Vidigal, o da Providência e a Vila Vintém, refletida em bailes, festas, feijoadas e churrascos a que comparecem moradores de muitos desses lugares, não caracterizaria uma consciência de não-pertencimento à *polis*? Tal não ensejaria a formação de uma pertença “à parte”, ou, dito de outra forma, uma consciência “étnica” insurgente, como aparece nas letras de rap?⁷

Quanto ao segundo marco – a afirmação de poder pelo patrimônio –, o que dizer da sôfrega busca de acumulação de dinheiro pela via do crime (fraude, crime comum, narcotráfico, tráfico de armas, contrabando, lavagem do dinheiro, corrupção etc.) por representantes de *todos* os estratos sociais e de *todos* os setores, com a emergência de um grande número de novos-ricos, que se vão somando aos antigos, formando uma nova elite, anódina, aética, egoísta, como previram Mosca e Pareto?

Quanto ao terceiro – a afirmação de poder pela força –, o que dizer da imensa quantidade de armas de fogo apreendidas regularmente pela polícia no Rio de Janeiro sem que os bandidos se desarmem? E não me refiro apenas às armas utilizadas normalmente em assaltos e execuções, como revólveres e pistolas. Refiro-me aos fuzis, metralhadoras, granadas e outros artefatos bélicos. Para se ter uma ideia da magnitude do problema, basta dizer que, entre 1999 e 2004, foram apreendidos no estado, só pela Polícia Militar, 1.095 fuzis e 1.959 granadas, conforme dados do Instituto de Segurança Pública – ISP / SESEP/RJ, ninguém sabendo que percentual esse número representa em relação ao que continuou e continua em posse das facções⁸. Além disso, surpreende o fato de que, a cada ano, quanto mais armas são apreendidas, mais armas circulem. Os comerciantes de armas, legais e clandestinos, nacionais e estrangeiros, agradecem. E o que dizer do enfrentamento aberto às forças policiais por contingentes cada vez maiores de “soldados” do tráfico? E do ataque a equipes e bases de policiais em plena luz do dia? Será que resolve enterrar os policiais mortos com honras militares?

Conclusão

Penso haver demonstrado que a violência não é um problema que se esgote em si mesmo, de vez que decorre de conflitos recônditos, peculiares à convivência social. E que o pesadelo das elites brasileiras, ou, mais precisamente, das elites cariocas, não se dissipará com a (auto)apartação em ilhas de excelência em meio ao caos, no que muitos apostam. Mais: que se cons-

7
É comum os rappers saudarem as comunidades. No rap “Sem Esquecer as Favelas”, MV Bill desculpa-se por não ter citado várias delas no CD anterior, e cita 140. Vai um trecho desse rap: “Não esqueci do Iriri, Rato Molhado / [...] Chapéu Mangueira / Rocinha tem um baile que invade a segunda feira / [...] Cruzada / Tem polícia na rua, tem coroa assustada / [...] Querosene / pra ser inimigo, basta ser PM / Santa Marta, Fubá, Cajueiro, São José / sem parar de lutar, sem perder a fé / Morro do Macaco, Morro do Amor / a maioria é careca e tem a minha cor / Pavão-Pavãozinho, todo respeito / valorizo minha raiz que trago no peito [...] Favela, lugar que meu povo se instalou / Favela, a única coisa que sobrou [...] de negão pra negão / desculpe se sua favela não citei / estará presente no próximo rap, que eu sei / [...] A todas as favelas, fê em Deus.”

8
Em visita ao Batalhão da Maré no início de janeiro de 2005, ouvi do comandante que, só ali na Maré, haveria, de posse dos traficantes das diferentes facções, uns 30 ou 40 fuzis.

titui numa temeridade pretender “resolver” o problema com o tacão, como se imagina ainda ser possível. Ao contrário, por esse caminho, o pesadelo tende a materializar-se como uma profecia soturna que se autorrealiza, em prejuízo de todos, de qualquer estrato, sendo elementar ter em mente que a apartação e o uso indiscriminado da força (no Rio de Janeiro, o apelo a esses meios já atingiram as raias do paroxismo) estão entre as causas do pesadelo; logo, beira a insanidade pensar em solucionar um problema com a sua causa, como se estivéssemos falando de uma vacina. A solução, em vez da apartação, é a busca pela integração social da cidade como um todo, o que implica mudança de atitude da “alta classe média”, para usar a expressão de Chico Buarque. A grande barreira a ser vencida será encarar os “diferentes” da cidade como iguais. É possível...

Referências Bibliográficas

BATISTA, Vera Malaguti. **O medo na cidade do Rio de Janeiro: dois tempos de uma história**. Rio de Janeiro: Revan, 2003.

BIRNBAUM, Pierre. “Conflitos”. In: BOUDON, Raymond (Diretor). **Tratado de sociologia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995. p. 247-282.

DA SILVA, Jorge. **Violência e racismo no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Editora da Universidade Federal Fluminense, 1998.

_____. **Violência e identidade social: Um estudo comparativo sobre a atuação policial em duas comunidades no Rio de Janeiro** (tese de doutoramento). Rio de Janeiro: Uerj, 2005 (mimeo).

DURKHEIM, Émile. Regras relativas à distinção entre o normal e o patológico. In: **As regras do método sociológico**. Coleção “Os Pensadores”. São Paulo: Abril Cultural, 1973.

FREYRE, Gilberto. **Casa grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal**. 30ª ed. Rio de Janeiro: Record, 1995.

HOLANDA, Chico Buarque de. O tempo e o artista. **Jornal Folha de São Paulo**. Edição de 26 de dezembro de 2004. Entrevista concedida a Fernando de Barros e Silva. Disponível em: < www.chicobuarque.com.br/texto/mestre.asp?pg=entrevistas/entre_fsp_261204d.htm>. Acesso em: 22 de dezembro de 2009.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. 26ªed. São Paulo: Cia das Letras, 1995.

KANT DE LIMA, Roberto. Conciliação e Julgamento, *Negotiation e Trial*: A Produção da Ordem em uma Perspectiva Comparada (Brasil/EUA). In: GIUCCI, Guillermo e DAVID, Maurício Dias (Org.). **Brasil-EUA: Antigas e novas perspectivas sobre sociedade e cultura**. Rio de Janeiro: Leviatã, 1994, p. 85-108.

MIR, Luís. **Guerra civil: estado e trauma**. São Paulo: Geração Editorial, 2004.

MOSCA, Gaetano. **The ruling class** (Tradução do original italiano de 1896). New York: McGraw-Hill, 1939.

NEDER, Gizlene. **A polícia na Corte e no Distrito Federal: 1831 - 1930**. Série Estudos, nº 3. Rio de Janeiro: PUC-Rio, 1981.

_____ “Cidade, identidade e exclusão social”. In: **Tempo**, Vol. 2, nº 3. (Departamento de História da Universidade Federal Fluminense). Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1997, p. 106 -134.

PARETO, Vilfredo. **Manuel d' economie politique**. 1909.

PERALVA, Angelina. **Violência e democracia: o paradoxo brasileiro**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

SANTOS, Joel Rufino dos. **Épuras do social. Como podem os intelectuais trabalhar para os pobres**. São Paulo: Global, 2004.

SIMMEL, Georg. A natureza sociológica do conflito. In: Moraes Filho, Evaristo de (Org.). **Sociologia**. São Paulo: Ática, 1983.